

54 em face ao processo eleitoral, perguntou a Wilde Cardoso (ANA) como será o trâmite para o
55 repasse de recursos da cobrança, em face dessa data limite. Josemar Coimbra (PM Barra do
56 Pirai) disse que o rio Paraíba não pode esperar mais, e defendeu a aprovação do CG, sem os
57 anexos. Edilson Andrade (SP) disse que na última reunião da AGEVAP foi recomendada a
58 aprovação hoje dos termos gerais do CG, deixando para depois a aprovação dos anexos. Propôs
59 que um integrante do GT apresentasse uma visão geral do CG, para melhor introduzir o assunto
60 na reunião. O Prof. Mauro Viegas argumentou que dependeria do plenário aprovar hoje, sem
61 retoques, o CG, ou remetê-lo às CT's para em 10 dias o assunto retornar ao plenário. André
62 Pinhel (CT-PI) levantou questão de ordem, perguntando se o assunto deveria ir a CT antes de ser
63 submetido ao plenário. Prof. Mauro Viegas argumentou que o plenário é soberano, e se o CG for
64 aprovado hoje não teria que passar por CT. Isaura Fraga (Rep. RJ) argumentou que como os
65 anexos estão no corpo do contrato, não via como aprovar o contrato sem os anexos. José Tadeu
66 Guimarães, do Sindicato Rural de Guaratinguetá, defendeu a aprovação do CG, e seus anexos
67 aprovados em separado e então integrados ao contrato. Eunice (OAB) falou que o CG está sendo
68 discutido há vários meses, e na assembleia da AGEVAP no dia 04 se aprovou o texto geral, e
69 decidiu-se aprovar os anexos quando o GT finalizar sua proposta. Portanto, defende a aprovação
70 dos termos gerais do CG na plenária de hoje. Fernando Lino (LIGHT) disse também pertencer ao
71 Conselho de Administração, e que na reunião do dia 04 se trabalhou dobrado para se chegar à
72 possibilidade do texto básico do CG ser votado hoje pelo CEIVAP, e propõe que assim seja
73 feito. Ninon Machado (Instituto Ipanema) falou que a matéria é extremamente complexa, que o
74 GT encontrou os elementos básicos do contrato, e os anexos detalharão esses aspectos, e
75 defendeu a votação da aprovação dos elementos básicos apresentados. Antonio Carlos (Prefeito
76 de Ubá) falou que este ano é atípico, e pelos prazos eleitorais corre-se o risco de perder prazos se
77 não for aprovado o CG, e por isso defendia sua aprovação sem os anexos. Wilde Cardoso (ANA)
78 colocou que o texto inicial do CG tinha sido feito antes da MP 165, e ao longo do processo de
79 discussão o projeto de conversão da MP ganhou em qualidade e em consistência jurídica. Na
80 última reunião da AGEVAP ficou claro que o eixo do contrato estava amadurecido, e os anexos
81 precisavam ser ainda desenvolvidos. No texto aprovado pela AGEVAP, a ANA não tem como
82 concordar com um artigo que foi modificado na reunião do dia 04, e que infringe a legislação.
83 Disse que as questões jurídicas que não puderem ser aprovadas serão discutidas depois.
84 Referindo-se ao que falara o Prefeito de Ubá e Aparecida Vargas, a informação da ANA é de que
85 a CEF poderá celebrar contratos dentro do período eleitoral, mas os repasses só seriam feitos
86 após o pleito. Disse que a AGEVAP, após a assinatura do CG, não ficaria sujeita a essas
87 limitações, podendo os recursos ser repassados normalmente. O Prof. Mauro Viegas colocou em
88 votação a aprovação do CG sem os anexos. Os 43 votantes assim se expressaram: 40 votos a
89 favor da aprovação, 1 voto contrário e duas abstenções, sendo então declarado aprovado o CG,
90 sem os anexos. Passando ao item seguinte da pauta, o Prof. Mauro Viegas abordou a proposta de
91 aditamento ao convênio da ANA com a PM Resende, que dá suporte à atividade do Escritório
92 Técnico, e introduziu a minuta de Deliberação N° 26, que transitou em reunião de CT, e por isso
93 concedeu a palavra ao Coordenador da CT-PI, André Pinhel, que passou a expor a situação do
94 convênio ANA 003/02, firmado entre a ANA e a PM Resende para dar suporte ao Escritório
95 Técnico de apoio à Secretaria Executiva do CEIVAP; que atualmente estava vigente o sexto
96 termo aditivo ao convênio, que expira no próximo dia 30, e como não há possibilidade de se ter o
97 CG firmado até aquela data, o apoio do ET precisa continuar até que a AGEVAP exercer a
98 Secretaria Executiva do CEIVAP. O assunto foi analisado pelas CT's, que recomendaram o
99 envio ao plenário da Minuta de Deliberação N° 26, a qual, de forma análoga aos aditamentos
100 anteriores, tem um anexo que detalha as atividades do ET no período. O sétimo termo aditivo
101 terá validade até 31 de dezembro, e vigência até que seja sinalizado pela AGEVAP, após a
102 assinatura do CG, que o convênio seja rescindido. Ninon Machado (Instituto Ipanema) disse que
103 o processo de transição para a AGEVAP deve levar em conta o capital humano do CEIVAP,
104 especialmente a equipe do Escritório Técnico, e nesse sentido apresentou moção a ser
105 encaminhada a ANA. O Prof. Mauro Viegas passou então à votação da Deliberação N° 26, que
106 teve como resultado um voto de abstenção e os demais votantes manifestando-se pela sua

107 aprovação. A deliberação N° 26 foi então declarada aprovada. Em seguida o representante da
108 Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo Sr. Edilson Andrade pediu que o
109 representante da ANA assumisse o compromisso de encaminhar o processo aprovado pelo
110 CEIVAP, de modo a evitar a discontinuidade dos meios operacionais do Comitê diante do que o
111 Sr. Wilde Cardoso (ANA) falou que levaria a deliberação do CEIVAP para apreciação da
112 diretoria da ANA. Passando ao item seguinte da pauta – Avaliação da Operação dos
113 Reservatórios da Bacia, a palavra foi concedida a André Pinhel (CT-PI), que resumiu os
114 antecedentes da escassez de água na bacia, e com auxílio de PowerPoint (ANEXO), iniciou sua
115 explanação. Mostrou toda a evolução da operação a partir de julho de 2003 até o presente, os
116 problemas surgidos, e a recuperação do reservatório equivalente obtida com a operação
117 negociada. Destacou que em 2004 as restrições operacionais foram estendidas para os
118 reservatórios de Santa Branca e Jaguari, e como 2004 está se revelando chuvoso, a recuperação
119 do armazenamento continua, pois estão sendo mantidos os critérios de redução acordados, e
120 assim ao armazenamento equivalente se encontra hoje em cerca de 51%. As restrições
121 operacionais continuam, sendo mantida a vazão liberada para jusante de Santa Cecília de 55
122 m³/s, e 105 m³/s a vazão transposta, de modo a se ter Vazão Objetivo de 160 m³/s em Santa
123 Cecília; e os reservatórios de Santa Branca e Jaguari operando com 36 m³/s e 7 m³/s,
124 respectivamente. Concluída a apresentação, o representante da ONS foi convidado a
125 complementar o que lhe parecesse oportuno fazê-lo. Guilhon (ONS) disse que a exposição de
126 André Pinhel fora clara, e agregou que o êxito em se ter 51% no armazenamento equivalente
127 decorria de dois fatores: natureza e mudança nas regras operativas. André Pinhel pediu adendo
128 para destacar o trabalho da CETESB no trecho paulista, pois graças ao monitoramento efetuado
129 foi possível se implantar a operação crítica nos reservatórios de SP. O Prof. Mauro Viegas
130 destacou que esses resultados precisam ser comunicados, pois no Rio de Janeiro se pergunta o
131 que o CEIVAP faz, e esse resultado merece um relato sucinto, para ser divulgado para toda a
132 sociedade, e pediu que essa sugestão constasse em ata. Josemar Coimbra (PM Barra do Pirai)
133 pediu a palavra para destacar o trabalho dos órgãos públicos e da sociedade no gerenciamento
134 dos recursos hídricos, mas disse ser indispensável se ter um recurso emergencial para enfrentar
135 situações emergências, como o que foi enfrentada ano passado em Cataguases, pois os
136 consumidores da cidade do Rio dependem da operação desse sistema de reservatórios. Pediu a
137 Prof. Mauro Viegas para levar essa preocupação à Ministra do Meio Ambiente e ao presidente do
138 BNDES, ao que o Prof. Mauro disse concordar com a existência dessa verba de emergência.
139 Icaro Moreno (Presidente da SERLA) pediu a palavra para dizer que a imprensa só pensa em
140 relatar problemas, que se tivesse faltado água na bacia eles teriam alardeado, mas como o
141 problema foi resolvido pela via da gestão, não há destaque ou mesmo referência ao êxito da
142 operação. Pedro Poccioni (ANA) pediu a palavra para dizer que dos recursos arrecadados pela
143 cobrança na bacia, a ANA dispõe de R\$ 3 milhões em caixa, R\$ 1 milhão em contencioso. O
144 potencial até o fim do ano, sem desconto, é de se atingir R\$ 13 milhões, e considerando os
145 descontos e inadimplência, o total líquido esperado para 2004 é de R\$ 9 milhões. Ninon
146 Machado (Instituto Ipanema) falou que estão encaminhando moção pedindo a ANA para que
147 seja feito de imediato o repasse dos recursos do convênio, pois os funcionários do escritório
148 estão se receber há mais de dois meses. Cláudio Serricchio (ET), referindo-se aos reservatórios,
149 falou de que foi deliberado anteriormente pelo CEIVAP que fosse elaborado o plano de
150 contingência, e que a ANA encaminhasse ao ONS pedido para realizar os estudos de vazões
151 naturais. O CEIVAP aguarda o atendimento desses pleitos. Outro destaque é que a ANA
152 apresentou proposta para deliberação sobre a operação dos reservatórios da bacia no período
153 seco, a qual integra os documentos que constam da pasta distribuída aos presentes. Falou ainda
154 que a operação de 160 m³/s é 36% inferior à recomendação histórica, o que tem sido possível
155 pelo esforço de gestão. André Pinhel (CT-PI) falou que a regra operacional precisa ser flexível,
156 mais ainda não se tem um número para se firmar uma nova posição. Edilson Andrade (SP) falou
157 que o tratamento de esgoto não dá para ser resolvido apenas com recursos da cobrança, e o
158 Estado de São Paulo tem um plano de investimento importante, em curso, que quando concluído
159 elevará a remoção de DBO para 60% no trecho paulista. Referiu-se à necessidade de

160 providências para que sejam tratados os esgotos da bacia do rio Guandú. Prof. Mauro Viegas
161 disse que depende do Congresso Nacional apressar os trabalhos para se ter uma legislação de
162 saneamento no País, e que isso merece uma moção. Josemar Coimbra (PM Barra do Piraí) falou
163 da necessidade de se recuperar nascente com reflorestamento, para se ter ganhos em recursos
164 hídricos. Cláudio Serricchio (ET) se referiu ao Seminário sobre a recomposição de matas ciliares
165 e conservação dos recursos florestais e hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, promovido pela
166 Gerência do IBAMA-RJ integrada com as Gerências Regionais dos estados de São Paulo e
167 Minas Gerais, com o apoio do CEIVAP, que ocorreu no Rio de Janeiro de 11 a 14 de maio, e
168 contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente e de instituições com atuação relevante no
169 tema, e foi revestido de pleno êxito. Outro evento de destaque foi a Oficina de Trabalho
170 promovida pelo CT de Educação Ambiental do CEIVAP, ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 27
171 e 28 de maio, que contou com o apoio do Instituto Ipanema, CIDS da Fundação Getúlio Vargas e
172 da Caixa Econômica Federal. Concluída a pauta, o Prof. Mauro Viegas encerrou os trabalhos as
173 15:40 horas, para preparar o recinto para a chegada das autoridades, para a condução da sessão
174 solene, presidida pelo Sr. Eduardo Meohas, com a presença da Ministra do Meio Ambiente; do
175 presidente da ANA; do Presidente do BNDES, Sr. Carlos Lessa, que antecipou a intenção do
176 Banco em investir em projetos para recuperação da bacia do Paraíba do Sul, representantes da
177 Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, e outras autoridades estaduais e municipais. Nada
178 mais tendo a ser relatado, encerra-se a presente ata, redigida por José Leomax dos Santos.